



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

REQUERIMENTO N.^º , DE 2015

(Dos Srs. Jorge Solla e Valtenir Pereira)

Requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Especial para debater os efeitos da “Operação Lava Jato” na economia e no índice de emprego no Brasil, a requisição de documentos, a realização de audiências públicas e reuniões e visitas técnicas fora da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Requeremos à Vossa Excelência, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Especial para debater os efeitos da “Operação Lava Jato” na economia e no índice de emprego no Brasil, a requisição de informações, cópias de documentos, realização de audiências públicas, visitas técnicas fora do recinto da Câmara dos Deputados, conforme descrito abaixo:

- I. Requisição de informações, cópias de documentos e providências perante os seguintes órgãos e instituições: Polícia Federal, Ministério Público Federal, Ministério da Fazenda (COAF, CARF), Receita Federal, Ministério da Justiça (CADE), Controladoria Geral da União, Petrobras, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas dos Estados, Órgãos de Controle Interno, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Central do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- II.** Realização de audiências públicas e reuniões com autoridades e representantes dos órgãos e instituições acima citados, da CNI, Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical e outras); SINAVAL, Empresa Sete Brasil S/A, Federações de Indústrias (em especial do RJ, RS, PR, SC, CE, ES, BA e PE), Governadores dos Estados, Prefeitos das cidades mais afetadas e Associações Profissionais.

- III.** Visitas técnicas em cidades dos seguintes Estados: CE, PE, BA, ES, RJ, PR, SC e RS.

JUSTIFICATIVA

O escopo desta Subcomissão Especial é debater, com profundidade, os efeitos da “Operação Lava Jato” na economia e no índice de emprego no Brasil, bem como propor a criação de mecanismos de controle e alterações na legislação para aperfeiçoar a fiscalização e preservar a indústria civil nacional e os empregos.

Para chegar a bom termo, é necessário que os trabalhos sejam produtos de todos os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, na medida em que caberá ao Plenário da Comissão deliberar sobre os requerimentos propostos pelos membros da Subcomissão Especial.

Para que os trabalhos da Subcomissão Especial cheguem a conclusões fundamentadas, faz-se necessário que sejam requisitados documentos e informações aos órgãos e instituições públicas e às entidades empresariais e de classe, em consonância à publicidade dos atos administrativos e dos processos judiciais.

Importante também será a oitiva de autoridades e especialistas cujas atribuições e competências estejam diretamente ligadas ao objeto dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

trabalhos desta Subcomissão Especial. E, neste sentido, há vários requerimentos já aprovados pelo colegiado da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que vem ao encontro desta necessidade (Requerimentos nº 7, 15, 16, 17, 36, 51, 64, 70).

As visitas técnicas, fora das dependências da Câmara dos Deputados, tem o condão de incluir a sociedade civil organizada nos debates e mesas redondas.

As atividades propostas permitirão não só debater com profundidade a questão, mas também fornecer alternativas para garantir a retomada dos investimentos e evitar a bancarrota das maiores empresas de engenharia do País, preservando os empregos por elas gerados.

Preocupa-nos, para além da necessária responsabilização e punição dos envolvidos em atos de corrupção, a manutenção dos empregos e a quebra das maiores empresas de engenharia do País, o que afeta a sociedade como um todo. Nesse cenário, as grandes obras seriam executadas por empresas estrangeiras ou sem expertise, com sérias consequências para a economia nacional. O País todo perde.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Parlamentares na aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2015.

JORGE SOLLA
(PT-BA)

VALTERNIR PEREIRA
(PROS-MT)